

AS DINÂMICAS DA REABILITAÇÃO URBANA: IMPACTOS DO PROJETO LAGOINHA*

URBAN REHABILITATION DYNAMICS: IMPACTS OF LAGOINHA PROJECT

FERNANDA BORGES DE MORAES**
MAURÍCIO GUIMARÃES GOULART***

RESUMO

Na década de 1990, várias cidades brasileiras mobilizaram-se com vistas a empreender projetos em partes do tecido urbano de suas áreas centrais, em sua maioria detentoras de patrimônio cultural. Tendo por finalidade – expressa ao menos em discurso – a melhoria da qualidade de vida dos usuários e habitantes, não houve, em muitos dos casos, uma avaliação posterior dos impactos produzidos por essas intervenções. Procedemos então a uma avaliação, três anos após sua implementação, dos resultados de um desses projetos – o Projeto de Reabilitação Integrada do bairro Lagoinha (1994-1997) – com a verificação dos resultados previstos, destacando os aspectos positivos e negativos dessa experiência.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Políticas de gestão; Patrimônio cultural.

ABSTRACT

In decade of 1990, several Brazilian state capitals mobilized with sights to undertake projects in parts of the urban net of their central areas, which are in its majority cultural heritage detainers. Having for purpose – at least in speech – the improvement of life quality of the users and inhabitants, there wasn't, in most cases, one evaluation of the impacts produced by these interventions. We proceeded then to an evaluation, three years after its implementation, of the results from one of this projects – the Integrated Rehabilitation Project of Lagoinha's district (1994-1997) – highlighting positive and negative aspects of this experience.

Keywords: Urban planning; Management policies; Cultural heritage.

* Este artigo baseia-se na pesquisa "O cotidiano e o espetáculo: paisagem, memória e turismo nos municípios de Ouro Preto e Mariana", coordenada pela Profa. Fernanda Borges de Moraes, com recursos da Fapemig.

** Arquiteta, professora do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura/UFMG, mestre em Geografia (UFMG), com doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. Foi coordenadora da área de Arquitetura e Urbanismo do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural do bairro Lagoinha (1994-1995) e membro da equipe do Projeto Lagoinha (1995-1996).

*** Arquiteto-urbanista pela Escola de Arquitetura/UFMG, arquiteto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Uberlândia.

Ao longo da década de 1990, várias cidades brasileiras mobilizaram-se com vistas a empreender projetos em partes do tecido urbano de suas áreas centrais, em sua maioria detentoras de patrimônio cultural. Tendo por finalidade – ao menos em discurso – a melhoria da qualidade de vida dos usuários e habitantes dessas áreas, também mencionava-se, com maior ou menor ênfase, a intenção de resgate da imagem da cidade para o público externo. A projeção da imagem no meio nacional e internacional, embora devesse se apresentar como uma desejável consequência, colocava-se, em alguns casos, como objetivo primário. O problema invariavelmente colocado, em projetos tais como o Programa Rio Cidade, articulado ao Plano Estratégico do Rio de Janeiro; o Projeto de Reabilitação Integrada do bairro Lagoinha/Belo Horizonte; o Projeto de Revitalização do Centro de Vitória, integrante do Plano Estratégico Vitória do Futuro; o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador e o Plano de Revitalização do bairro do Recife, entre outros, era o avançado estado de degradação das áreas-objeto de intervenção, bem como a situação de exclusão social, ou ameaça de exclusão, nelas detectada.

Atribuíam-se tais problemas, entre outras razões, ao descaso histórico do poder público com relação à gestão desses espaços, tanto no que se refere à alocação de recursos destinados à conservação do patrimônio edificado e melhoria da infra-estrutura e da qualidade do ambiente urbano quanto na valorização das relações e práticas sociais que neles ocorriam. Tais intervenções foram intensamente divulgadas na imprensa por ocasião de sua implementação. Não foi dado, contudo, igual tratamento às avaliações, quando realizadas, dos impactos produzidos e resultados alcançados.

A questão central que se pretende abordar neste artigo dialoga com algumas críticas apontadas por Otilia Arantes com relação à natureza de intervenções urbanas, que propunham, sob a égide do discurso pós-moderno, preservar o patrimônio arquitetônico e urbano e recompor a vida e os valores locais. Tais críticas se encaminham no sentido de denunciar “uma espetacularização do urbano, uma certa encenação de uma vida pública que há muito deixou de existir”, revelando que muitas dessas intervenções não passaram de “uma espécie de panacéia que por vezes não passa de recurso publicitário, quando não, inclusive, de inibição e controle cultural e social” e, por vezes, chegando às raízes de promover a estetização da pobreza urbana, em vez de buscar combatê-la (Arantes, 1998).

No entanto, para evitar fazer *tabula rasa* dessas experiências, julgamos ser prudente salientar que cada intervenção produziu-se em cenários específicos e gerou, por seu turno, novos cenários que, senão os ideais ou mais adequados, devem ser considerados também em sua recepção e, conseqüentemente, nas reações a partir deles geradas, razão pela qual nos propomos a analisar e avaliar os resultados alcançados por uma dessas intervenções – o Projeto de Reabilitação Integrada do bairro Lagoinha/Belo Horizonte ou simplesmente, Projeto Lagoinha – com o intuito de contribuir na orientação futura de projetos com objetivos e metas similares. Basicamente tal avaliação se referenciou no diagnóstico integrante do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte – bairro Lagoinha (IPUC-BH-Lagoinha),¹ realizado entre 1994 e 1995.

PROJETO LAGOINHA/BELO HORIZONTE (MG): “O PROJETO-SÍNTESE DO CENTENÁRIO” OU APENAS UMA EFEMÉRIDE?

A cidade de Belo Horizonte nasceu da proposta de mudança da capital de Minas Gerais há muito e cogitada e que, com a proclamação da República em 1889, ressurgiu fortalecida. Representou à época a realização de um projeto pioneiro: a construção de toda uma cidade que, sob a égide da República e seu ideal, se apresentasse como um centro irradiador de progresso e expressão de um novo modelo de vida urbana. A cidade, um projeto do engenheiro Aarão Reis, foi concebida segundo uma hierarquia espacial que se expressava no estabelecimento de três zonas – urbana, suburbana e rural – que se distinguiam entre si, tanto em

¹ O IPUCBH-Lagoinha (Moraes & Pereira, 1995) resultou de uma pesquisa em que se articularam três diferentes formas de abordagem – histórica, urbanístico-arquitetônica e sociológica – e subsidiou as propostas do projeto. O levantamento das condições socioeconômicas, de infra-estrutura, uso e ocupação do solo, da vida comunitária, das relações sociais e do meio ambiente, integrante do inventário, deu-se através de uma pesquisa por amostragem – um *survey* – do qual nos utilizamos para confrontar as condições do bairro em 1994 com as de 2000, três anos após a implementação do Projeto Lagoinha.

função dos usos propostos, como pela forma de parcelamento adotada para cada uma delas (Moraes, 1998, p. 51-55).

A área urbana, delimitada pela avenida do Contorno, compreendia um conjunto de ruas e avenidas, as primeiras dispostas ortogonalmente e as segundas, também ortogonais entre si, sobrepostas em diagonal sobre a malha das primeiras. De maneira geral, a topografia menos acidentada da área urbana possibilitou uma implantação adequada das vias, embora em algumas regiões a rigidez da malha tenha provocado situações bastante impróprias, no que diz respeito à implantação do sistema viário concebido ou das edificações. A área suburbana circundava a área urbana, sendo que seu traçado viário assumiu uma forma mais orgânica, melhor explorando as potencialidades que o sítio oferecia, em especial a adaptação ao relevo. Tal configuração de parcelamento do solo resultou em quadras e lotes irregulares destinados inicialmente à localização de sítios e chácaras. Algumas dessas quadras, bastante grandes, sofreram, ao longo dos anos, uma série de reparcelamentos, acompanhados por desmembramentos de lotes, em sua maioria destinados à moradia dos filhos e netos das famílias pioneiras. A área rural conformava o anel mais externo da cidade destinado a atividades de abastecimento e alimentação. Não chegou, contudo, a se consolidar enquanto tal pois, frente às dificuldades de assentamento da população mais pobre, muitas das colônias agrícolas passaram a ser utilizadas para fins habitacionais.

O bairro Lagoinha, localizado na VI Seção Suburbana, embora esteja imediatamente contíguo à área urbana, foi, desde o início, um típico bairro de periferia. Pode-se afirmar ter sido o primeiro bairro suburbano de Belo Horizonte, tendo em vista que a cidade, embora projetada com limites e traçados que ainda caracterizam e distinguem a área urbana original, teve sua ocupação inicial realizada no sentido periferia-centro. A espontaneidade marca a ocupação desse território pelo operariado recém-chegado, que se viu atraído pelas possibilidades de emprego que a construção da nova capital apresentava. Eram pessoas vindas de várias regiões do Estado, além de migrantes italianos, portugueses e alemães. Com as atenções voltadas para a área central, as áreas suburbanas eram praticamente desconsideradas, não incidindo, a princípio, nenhum controle rígido de uso e ocupação do solo.

Tal situação propiciou, na Lagoinha, uma pluralidade social e conseqüentemente uma efervescência cultural bastante expressivas, já nas primeiras décadas de existência da nova capital. Efervescência esta proporcionada pelo encontro e pela miscigenação de culturas e valores diferentes, que também se revelou na proliferação de serviços tradicionais especializados baseados em técnicas artesanais e manuais, como por exemplo a manutenção de instrumentos musicais, sapateiros, alfaiates etc. Esses artífices, embora se tornem raros à medida que o capitalismo industrial avança e se moderniza, ainda se mantinham na Lagoinha até 1995, conforme consta do IPUCBH-Lagoinha e do relato da Comissão BH 100 anos, cria-

da pela Prefeitura Municipal exclusivamente para a execução do Projeto Lagoinha.²

Desde a década de 1940, contudo, a Lagoinha teve muitos de seus espaços devastados sucessivas vezes. Inicialmente com a abertura de duas avenidas com função estrutural para a cidade – Dom Pedro II e Presidente Antônio Carlos – além da implantação do Conjunto Habitacional IAPI, um marco na ocupação dessa região da cidade. A avenida Presidente Antônio Carlos – principal acesso à região da Pampulha – por seu porte e volume de tráfego, representou uma cisão espacial expressiva na estrutura urbana do bairro.

Durante a década de 1970, novas intervenções de porte ocorreram na interface do bairro com o hipercentro de Belo Horizonte: construiu-se a Estação Rodoviária; o túnel, mais tarde denominado Presidente Tancredo Neves, que permaneceu em obras por mais de vinte anos e foi finalmente aberto ao trânsito em 1971. Na década de 1980, viadutos e suas alças vieram compor o chamado Complexo Viário da Lagoinha, tendo entrado em operação em 1986 o trem metropolitano, com estação localizada na face sul da Lagoinha. Todas estas intervenções, que podem ser caracterizadas como cirurgias profundas na estrutura física do bairro em sua interface com a área central – canalização de córregos, abertura de avenidas, construção de túneis e viadutos, desapropriação e demolição de quadras, com a consequente degradação das áreas adjacentes – são exemplares da opção do poder público em privilegiar os interesses da metrópole em expansão, sem buscar mitigar os impactos sociais e econômicos locais. Tais projetos acabaram por fazer *tabula rasa* da teia de relações sociais ali presente, destruindo um patrimônio intangível nunca valorizado por intervenções dessa natureza, cujo enfoque era sumária e desumanamente técnico, evidenciando a prioridade conferida a problemas de escala metropolitana e não dedicando à população da Lagoinha o respeito que merecia.

A gestão municipal 1993-1996, de viés progressista, foi responsável pelos preparativos das comemorações do centenário da cidade, e a Lagoinha – como a Floresta, o 1º de Maio e a região adjacente ao eixo da avenida Raja Gabaglia – foi um dos bairros escolhidos para o registro, em inventário, do patrimônio urbano e cultural de Belo Horizonte. Posteriormente, foi eleita para simbolizar o resgate da história da cidade em seu centenário, através da implementação de um projeto de reabilitação urbana. Tal projeto, em sequência aos estudos realizados no IPUC-BH-Lagoinha, foi elaborado e parcialmente implementado no período entre 1995 e 1997, ano em que se comemorou o centenário da cidade. O Projeto Lagoinha trabalhou na perspectiva da reabilitação integrada,

² Recente busca aos trabalhadores em atividades econômicas tradicionais da Lagoinha, identificados pelo IPUCBH, revelou o desaparecimento de ofícios típicos do bairro: mortes, mudanças de endereço e outras baixas denunciam a decadência de atividades que o projeto pretendia resgatar e revalorizar.

... que procura tratar os diferentes problemas da região de forma articulada e simultânea. Como tal, entrelaça ações de tipos variados, que vão de intervenções físicas a projetos culturais, passando por projetos afins de desenvolvimento urbano e social. Seu objetivo final é trazer para o bairro da Lagoinha melhores condições de vida, compatibilizando a preservação com o desenvolvimento econômico. (Cançado, 1995)

Num ambicioso plano de ações, o projeto ancorou-se em quatro grandes programas:

- Programa de requalificação ambiental: recuperando imóveis isolados, conjuntos urbanos, quarteirões, vias públicas e áreas destinadas a equipamento de uso coletivo.
- Programa de revitalização econômica: estimulando a permanência, expansão e diversificação das atividades existentes na Lagoinha e oferecendo-lhes assessoria técnica para que ganhem em eficiência gerencial.
- Programa de revitalização cultural: fortalecendo e resgatando práticas culturais locais, e possibilitando, ao mesmo tempo, o seu contato e intercâmbio com outras experiências.
- Programa de desenvolvimento urbano e social: incentivando a participação da comunidade e intermediando as propostas dos programas arquitetônicos, econômicos e culturais com as carências da população local, através de parcerias com a comunidade do bairro e suas organizações.

Esse plano de atividades tão abrangente, mais tarde merecedor de prêmio internacional, veio ao encontro da necessidade de realização de um feito – obra, projeto – capaz de servir como marco daquela data festiva, atendendo ao mesmo tempo ao calendário político-eleitoral e aos anseios de sua população, metas que se mostraram, com o tempo, irreconciliáveis. Os objetivos apresentados acenavam com a possibilidade de resgatar a dívida social pública com uma comunidade historicamente preterida em função dos interesses metropolitanos. A idéia de reabilitação da Lagoinha, a partir de 1994, desencadeou-se justamente por uma nova investida de um projeto viário de escala metropolitana – a demolição de mais uma quadra inteira para que então se desse continuidade ao até hoje inacabado complexo de viadutos que corta o bairro – que prometia impacto semelhante aos demais citados anteriormente. A conclusão da alça do viaduto que proveria novo acesso à rua Itapeperica, tradicional eixo que adentra a região, onde se concentrava um comércio de móveis e antiguidades bastante conhecido, aproximaria o bairro do centro da cidade, de onde se esperava uma maior abertura a usuários externos.

Considerando mais esse impacto, além daqueles que ocorreram anteriormente, para Moraes e Pereira (1995) – coordenadoras do IPUCBH-Lagoinha quando se deram as negociações com a população para que se iniciassem as demolições – o inventário serviria como instrumento de investigação, documentação e registro da percepção das mudanças oriundas dessas intervenções – tanto no espa-

ço físico, quanto no existencial – pela população, configurando um meio de resgatar e registrar a memória da comunidade. Esse resgate contribuiria para a consolidação da identidade coletiva e do lugar como referência para seus habitantes, estimulando neles uma consciência de seu passado que os tornasse capazes de enfrentar as transformações espaciais aceleradas, que não contribuem para a formação dessa identidade.

A pesquisa socioespacial que compunha esse inventário foi realizada através da aplicação de questionários objetivos por amostragem, denominados *surveys*, capazes de permitir a apuração de referências simbólicas, bem como o confronto com elementos físicos concretos, daí extraindo-se uma análise qualitativa. Tinha-se em mente, à época, a idéia de reaplicar com uma certa periodicidade tais questionários, permitindo um acompanhamento das transformações no bairro e das percepções de sua população de modo a orientar as ações do poder público municipal na área, proposta que não teve acolhida.

Utilizando-se dos estudos e dados integrantes do IPUCBH, o Projeto Lagoinha também atuaria como forma de compensação de mais essa mutilação, uma vez detectadas, no referido *survey*, as percepções e demandas da comunidade. Em suas propostas, estavam previstas ações que minimizassem o impacto do novo viaduto e mesmo dos já existentes, como a reestruturação da quadra adjacente a um dos viadutos, através da eliminação de alguns imóveis de modo a criar uma praça que abrisse aos transeuntes nova visada das fachadas da rua Paquequer, além de permitir vista mais ampla, a partir da rua do Bonfim, da estação de trem metropolitano da Lagoinha. Como resposta a outro problema detectado no bairro – a carência de atividades de lazer, já que ali existiam poucos espaços públicos de convivência – seria construída a chamada praça do Centenário, um novo espaço projetado, bem mais amplo e com um grande obelisco.

ESTRUTURA E CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Em visitas preliminares a campo, realizadas em outubro de 1999, antes do contato com a população, buscou-se identificar as modificações mais visíveis nas edificações de interesse histórico e arquitetônico e nos principais pontos de vista, tanto na direção do bairro quanto dele para os demais pontos da cidade. Utilizamos, como referencial para avaliação das modificações efetuadas nas edificações, material do IPUCBH-Lagoinha. As fotografias do inventário foram utilizadas, em campo, com a finalidade de se reconhecerem as diferenças, na comparação *in loco*, entre a situação atual e a imagem documentada de cada imóvel inventariado em 1994. As edificações que julgamos merecedoras, mas que não foram contempladas com o inventário naquele ano, também foram fotografadas, com a intenção de que seus estados de preservação e conservação sejam comparados.

A partir desse primeiro procedimento, confrontando a situação das edificações antes e depois de implementado o projeto, percebemos que muitas das conseqüências e desdobramentos previstos no Projeto Lagoinha não se efetivaram, o que reforçou a necessidade, para efetuarmos uma avaliação, de um maior contato com a população. Procedeu-se ainda a nova aplicação dos questionários de perfil socioeconômico da população – o mesmo *survey* de 1994 que, acrescido de algumas perguntas sobre a implementação do projeto, pode detectar alterações na composição populacional local, bem como seu alcance e o envolvimento efetivo da população no referido projeto.

Porque o Projeto Lagoinha acreditava na possibilidade de manutenção da população residente, julgamos imperioso verificar possíveis mudanças no perfil socioeconômico dos habitantes entrevistados entre março e junho de 2000. Há, no entanto, que se fazerem ressalvas quanto à seleção de entrevistas neste ano, necessitando-se justificá-las, antes que se passe à apuração e análise dos resultados. Ao contrário da aplicação dos *surveys* em 1994, a presente avaliação concentrou-se em imóveis de uso residencial – 5 em cada 6 respostas foram obtidas em moradias – por entender que os moradores têm ligação mais estreita com o bairro do que as pessoas que lá trabalham, atendendo à demanda do pesquisador com mais presteza, informação e interesse. Pelas mesmas razões, o levantamento privilegiou a subárea I (Fig. 1),³ considerada como tradicional, que foi objeto do projeto, embora não se tenha furtado a conhecer as realidades dos moradores das duas subáreas II e III, adjacentes à primeira.

O sentimento de pertencimento à Lagoinha e a suposição de contato ou envolvimento anterior com o projeto foram os pontos de partida para a avaliação. Por causa da baixíssima ocorrência de pessoas a declarar algum envolvimento com o projeto à época de sua execução, bem como o expressivo número de recusas em responder ao questionário na subárea II, a análise a seguir corresponde apenas à área tradicional, onde 80% dos questionários previstos puderam ser efetivamente aplicados. Excluíram-se os moradores que não se encontravam em casa, apesar de inúmeras tentativas de contato, e os que não se dispuseram a responder.

³ Conforme classificação adotada por Moraes & Pereira (1995), resultante da aplicação dos questionários do Inventário, a Lagoinha foi inicialmente dividida em quatro subáreas distintas, considerando suas características específicas de uso e ocupação do solo e dinâmica social: (I) tradicional; (II) residencial de classe média; (III) fábricas, galpões e prostituição e (IV) perfil que se definiu, nas pesquisas iniciais, como pertencente ao bairro Carlos Prates e, portanto, excluiu esta subárea do Inventário. Vale ressaltar que a barreira física representada pela avenida Presidente Antônio Carlos não privou os moradores da subárea II do sentimento de pertencimento à Lagoinha, como veremos na análise dos *surveys*.

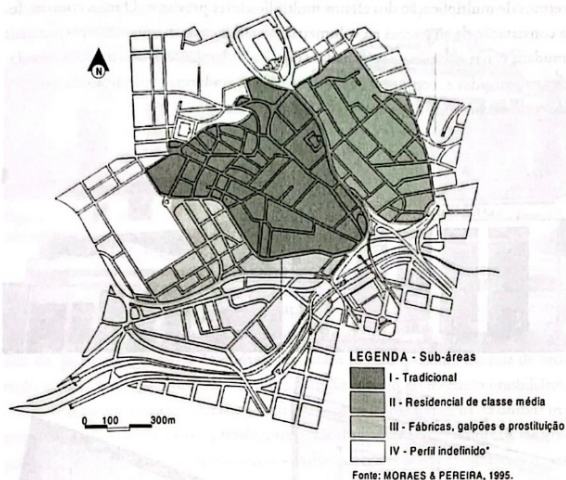


Figura 1 – Subdivisão do bairro Lagoinha adotada para aplicação dos *surveys* em 1994 e 2000.

AValiação DOS RESULTADOS

O caráter ambicioso do Projeto, expresso nos quatro programas mencionados, não se revelou no âmbito e porte das ações efetivamente implementadas. Nos moldes do Corredor Cultural, do Rio de Janeiro, o Projeto Lagoinha forneceu orientação e parte do material necessário – tintas, por exemplo, foram doadas por um fabricante – aos moradores que optaram por recuperar suas fachadas, embora as propostas definidas fossem mais ambiciosas, incluindo a recuperação dos telhados e consolidação estrutural dos imóveis mais deteriorados, o que não sensibilizou nem a iniciativa privada e tampouco a administração municipal. A propagação dessa experiência foi bastante limitada espacialmente, além de pouco duradoura. Atualmente, a impressão de abandono é patente, seja pelo mau estado de conservação das fachadas, por sua descaracterização ou pelo intenso processo, observado entre outubro de 1999 e junho de 2000, de demolição de notáveis imóveis das primeiras décadas do século.

Moradores mais cuidadosos, cujas casas se encontram em estado de conservação melhor que há cinco anos, constituem casos isolados e, portanto, não contrariaram a impressão de que o projeto de revitalização deixou poucas marcas em

termos de multiplicação dos efeitos multiplicadores previstos. O mais comum foi a constatação de alterações na volumetria de várias casas, freqüentes e prejudiciais mudanças nas aberturas das fachadas (Fig. 2 a 7),⁴ lojas fechadas ou com atividades substituídas e, conforme depoimentos de moradores, diminuição do número de estabelecimentos de comércio de antiguidades.



Figura 2 a 5 – Imóveis situados à rua Itapeccerica, em que se observam alterações substanciais na fachada e acréscimo de um novo pavimento.

⁴ À direita são apresentadas as fotografias constantes do IPUCBH-Lagoinha (1994) e à esquerda o levantamento realizado em 1999.



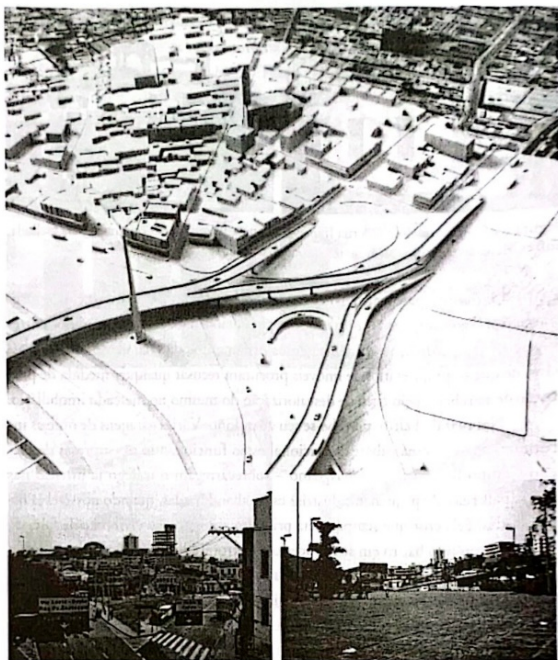
Figura 6 e 7 – Imóvel situado à rua Itapecerica que, mesmo com o tratamento da fachada, sofreu descaracterização, além de ter sido alvo de pichações.

Os motivos parecem variar entre demandas programáticas e o receio do tombamento. Não parece haver outra explicação senão a dada por um morador entrevistado, vizinho de uma residência cujos ornamentos da fachada foram destruídos, de que os proprietários de imóveis procuram recusar qualquer medida de proteção de seus bens, pelo risco de desvalorização do mesmo no mercado imobiliário.

Nas ruas do bairro, percebe-se seu abandono. Várias garagens de ônibus intermunicipais – só na subárea tradicional estão funcionando as empresas de viação Campo Belo, Serro e Setelagoano – sobrecarregam o tráfego já intenso nas principais ruas. As pequenas indústrias estão abandonadas, quando possível já hipotecadas. Pela crise que sempre afeta primeiro a construção civil ou pela falta de fôlego do próprio bairro em seu processo, interrompido, de verticalização, numa grande obra, na rua Itapecerica, inerte havia mais de cinco anos, a grua continuava, curiosamente, na mesma posição registrada em 1994.

As barreiras que separam as duas Lagoinhas – à esquerda e à direita da avenida Presidente Antônio Carlos – e as que as distanciam do hipercentro ainda se mantêm, sobretudo porque não se implantou o projeto da grande praça com que se pretendia marcar as comemorações do centenário da cidade. Tal praça, cujo projeto contaria com a participação do arquiteto português Álvaro Siza, localizarse-ia entre a estação do trem metropolitano e a avenida Presidente Antônio Carlos. Foi, contudo, preterida e relocada para o espaço resultante da demolição da quadra para a construção de uma alça de viaduto, vindo a receber o nome de “nova” praça Vaz de Melo,⁵ já sem as pretensões de ser a praça do Centenário. Situação semelhante ocorreu com a praça prevista para a quadra próxima à rua Paqueta (Fig. 8 a 10).

⁵ A “nova” praça Vaz de Melo foi uma tentativa de resgate de um espaço – outrora considerado “da boemia” – que havia sido eliminado com a implantação do Complexo Viário da Lagoinha. A nova praça, contudo, resgatou somente o nome, como uma referência nostálgica de um tempo que já passou.



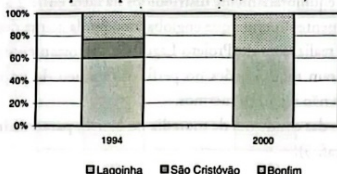
Figuras 8 a 10 – Acima, a maquete da praça do Centenário e demais intervenções na face sul da Lagoinha, sendo que o projeto efetivamente implantado restringiu-se ao espaço delimitado pela alça do viaduto que dá acesso à rua Itapecerica (à direita). A praça prevista para a área lindeira à rua Paquequer não foi realizada, sendo que o projeto executado – a chamada praça do Peixe (à esquerda) – não foi o proposto no Projeto Lagoinha.

Comparando os cenários de 1994 e 2000, através das informações colhidas nos *surveys* aplicados nesses dois momentos, percebemos com clareza a natureza das transformações sofridas no bairro nos últimos anos.⁶ O sentimento de pertencimento à Lagoinha ainda persiste em partes das subáreas I e II (Gráf. 1).

O IPUCBH-Lagoinha de 1994 havia detectado algo curioso: a avenida Presidente Antônio Carlos, embora impusesse aos transeuntes uma violenta bar-

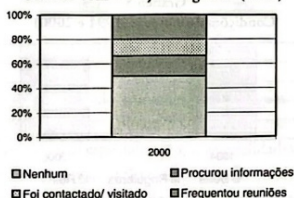
⁶ Para efeito de apresentação dos gráficos, retiramos os itens em branco do gráfico, por indicarem ausência de menção nas respostas.

Gráfico 1
Relações de pertencimento (1994 e 2000)



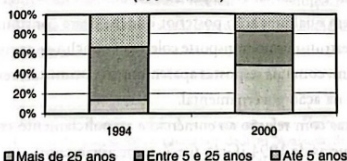
reira à travessia – minimizada pela instalação, pelo Projeto Lagoinha, de uma passarela – não foi capaz de restringir à subárea I a abrangência do nome popular do bairro, que até hoje persiste na subárea II até a rua Diamantina, segundo os moradores de ambos os lados do logradouro. Quanto à suposição de contato ou envolvimento anterior com o projeto, percebeu-se raro independentemente do local de moradia, mas menor quanto mais afastado do ponto referencial central do bairro, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Gráf. 2).

Gráfico 2
Contato com o Projeto Lagoinha (2000)



Um aspecto muito preocupante, levantado por ocasião da interrupção do Projeto Lagoinha, em 1997, foi a ameaça de renovação urbana e expulsão de moradores da área. Contudo, no *survey* de 2000 verificou-se que cresceu inclusive a proporção dos que afirmaram morar lá há mais de 25 anos (Gráf. 3).

Gráfico 3
Tempo de moradia/trabalho no bairro
(1994 e 2000)



Questionados sobre sua renda familiar, os moradores se mantiveram, em ambos os *surveys*, equilibradamente distribuídos na faixa entre 2 a 5 salários mínimos e a imediatamente superior, que engloba toda renda acima desta (Gráf. 4). Isso mostra que as realizações do Projeto Lagoinha, supostamente porque incompletas, não causaram modificações no perfil econômico da população, mesmo que os moradores não sejam os mesmos.

A avaliação das condições de moradia no bairro, paradoxalmente, apresentou melhoras (Gráf. 5).

Gráfico 4
Renda familiar (1994 e 2000)

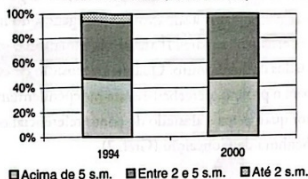
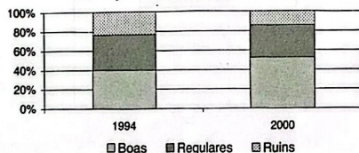


Gráfico 5
Condições de moradia (1994 e 2000)



Considerações ligeiramente mais positivas para os serviços de água, luz e telefone – que, embora não atinjam a unanimidade da entrega de cartas pelos correios, raramente apresentam problemas e são usualmente bem avaliados – são insuficientes para explicar tal melhora. Tampouco a solução apresentada pelo poder público para questões como a dos transportes – onde o Programa BH Bus nada conseguiu senão piorar a impressão dos usuários, o que não foi diferente na Lagoinha – consegue explicar tal evolução. Diante dos reveses – interrupção do Projeto Lagoinha, sem qualquer ação posterior que lhe desse continuidade, ausência de modificações estruturais no transporte coletivo – conclui-se apenas que os moradores demonstram, com tais respostas aparentemente otimistas, resignação em lugar de confiança na ação governamental.

As respostas com relação ao comércio e ao policiamento contêm opiniões mais negativas que as de 1994 (Gráf. 6 e 7, respectivamente).

Gráfico 6
Comércio (1994 e 2000)

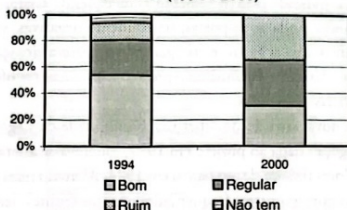
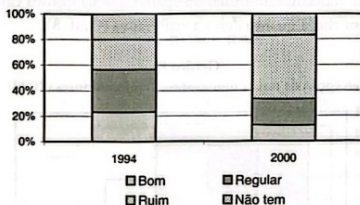


Gráfico 7
Policiamento (1994 e 2000)



Na avaliação da situação do comércio, a abordagem, no questionário de 2000, foi aberta: os entrevistados opinaram sobre características relevantes desse tipo de uso, como sua eventual especialização, suas qualidades e se os objetivos do projeto, no que concerne à revitalização econômica, foram alcançados. Detectou-se que não, indicando que os programas de desenvolvimento socioeconômico não atingiram os objetivos previstos. A comparação entre a classificação obtida pelo comércio em 1994 e em 2000 confirma o processo de desaparecimento dos usos comerciais tradicionais: mais da metade considerava “bom” o comércio local, o que não chegou a acontecer com um terço das opiniões, desta vez, além de se terem equiparado as avaliações “regular” e “ruim” – em 1994, as piores classificações eram menos citadas. Ademais, perguntados sobre eventuais melhorias ocorridas ultimamente, 3 entre 4 entrevistados apontaram para um quadro inerte ou declinante para essa atividade. Também foram muitas as lamentações espontâneas sobre a redução da diversidade de atividades, a perda de especialidades da Lagoinha e o insucesso do Mercado.⁷

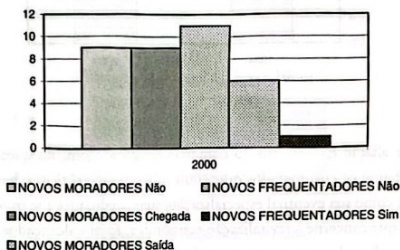
⁷ O survey de 1994 constava de questões sobre o comércio nos itens “Infra-estrutura/serviços” e “Ocupação e usos”. O de 2000, por sua vez, foi acrescido do item “Avaliação do Projeto Lagoinha”, onde uma das perguntas visa relacionar eventuais melhorias (ou piores) às ações do projeto.

A percepção do policiamento parece estar diretamente ligada ao aumento da criminalidade – indicada pelo incremento às menções de assaltos (Gráfs. 7 e 9).

Considerando ainda as respostas, francamente negativas, sobre as opções de lazer de que dispunha o bairro e comparando-as com a situação em 2000, o quadro resultante é bastante pessimista: o projeto não parece ter oferecido resposta efetiva às carências detectadas.

Diante da nova situação de “abertura”/visibilidade da Lagoinha conferida pela ampla divulgação dada ao projeto em 1997, esperava-se alteração na percepção que os moradores tinham de seu bairro em 1994. Além do mais – supunha-se – tal abertura traria consigo novos freqüentadores e transeuntes, lembrando que a rua Itapeperica foi definitivamente aberta ao trânsito de passagem, com a conclusão da alça de um dos viadutos. Indagados sobre novos freqüentadores, os moradores mostram-se reticentes, informando apenas que há muitos casos de mudança, tanto de quem chega quanto deixa a vizinhança (Gráf. 8).

Gráfico 8
Percepção de novos moradores e freqüentadores (2000)



Porém, segundo o próprio *survey*, no espaço público o novo movimento trouxe violência: a comparação dos questionários das duas épocas mostra que assaltos passaram a ser citados com o dobro da freqüência (Gráf. 9). A nova praça Vaz de Melo que, extinta por ocasião das intervenções do complexo viário e ressuscitada com o Projeto Lagoinha, recebe intenso movimento de pessoas que não chegam a entrar no bairro e causam medo aos moradores, aparecendo, ao lado das vilas Senhor dos Passos (Buraco Quente) e Pedreira Prado Lopes, como um dos lugares mais perigosos, atualmente (Gráf. 10).⁸

Entre os elementos particulares do bairro (Gráfico 11), citados espontaneamente pela população, aparecem com grande freqüência a prostituição e a boemia, ainda que os mesmos entrevistados tenham apontado o predomínio da ima-

⁸ A pergunta que identificou tal reação não consta do *survey* de 1994.

Gráfico 9
Percepção do cotidiano do bairro (1994 e 2000)

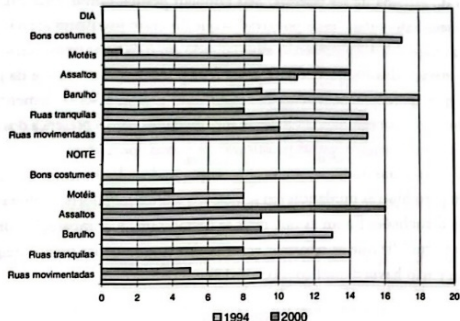


Gráfico 10
Lugares mencionados como perigosos (2000)

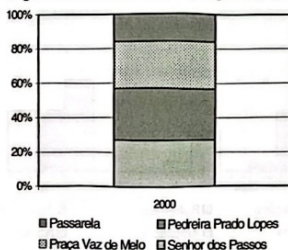
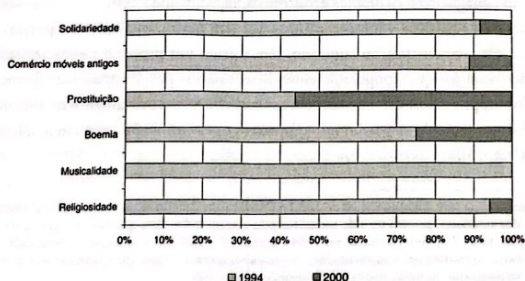


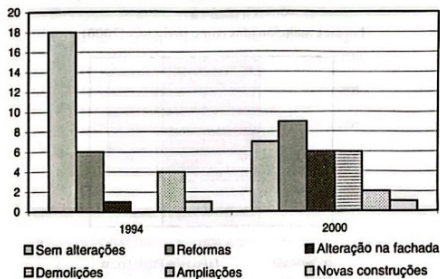
Gráfico 11
Elementos particulares do bairro (1994 e 2000)



gem contrária a esses dois aspectos da vida noturna local. Pensa-se que a Lagoinha se livrou do estigma de ser boêmia, mas também perdeu outras características – segundo seus habitantes, “mais positivas” – que lhe eram peculiares até o início da década: a religiosidade, o comércio especializado em móveis antigos – citados, então, por metade dos entrevistados, e desta feita por pouquíssimos – e da própria boêmia, que aparece bem menos. A prostituição passou a ser o elemento mais lembrado pelos moradores, visivelmente incomodados com a presença dos travestis, bem menos discretos que as prostitutas de outras épocas.⁹

As referências do *survey* ao uso e à ocupação do solo mostram que a população tem percebido as mudanças em seu espaço edificado: reformas, alterações na fachada e demolições foram as que mais se destacaram. A comparação com o resultado anterior diz que as reformas eram muito comuns, mas menos frequentes que agora e não havia demolições (Gráf. 12).

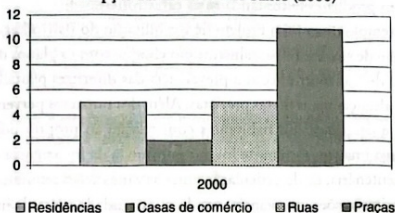
Gráfico 12
Percepção das modificações nas edificações (1994 e 2000)



Eventuais melhorias são naturalmente melhor percebidas nos espaços públicos: provocados pela recente inauguração da nova praça do Peixe – com tratamento paisagístico e elementos escultóricos, reproduzindo com cores vivas aqueles animais aquáticos – metade afirmou que têm havido melhoras nas praças. As edificações residenciais, ao contrário, têm sofrido um processo muito acelerado de deterioração, que a população entende ser causado pela incapacidade financeira dos proprietários, defendendo, em sua maioria, o estabelecimento de mecanismos de proteção de tal patrimônio que não os onerem econômica ou judicialmente (Gráf. 13).

⁹ É importante ter cautela na análise de dados que, como estes, tendo-se mostrado muito discrepantes dos anteriores, possam ter sido induzidos pelo entrevistador. Esta questão, que apresentava 6 opções, teve 67 opiniões somadas em 1994 e apenas 27 em 2000 – em ambas foi permitida a citação de vários itens pelos entrevistados – o que indica que a indução, que aparentemente ocorreu no levantamento original, pode ter influenciado as respostas.

Gráfico 13
Percepção das melhorias no bairro (2000)



Também chegou-se a discutir, por ocasião do inventário e do Projeto Lagoinha, o potencial de exploração turística do bairro, transformando-se numa espécie de Bixiga¹⁰ belorizontino, fazendo renascer, em outros moldes, a boemia de outrora. Nem tanto para o turista externo, mas para a população da própria cidade, o projeto de requalificação visava resgatar valores e tradições de uma jovem cidade. No entanto, a importância do projeto como referência para intervenções em áreas semelhantes se esvaiu diante da não-conclusão dos trabalhos, interrompidos tão logo as comemorações do centenário se encerraram e a nova administração municipal, parcialmente desfalcada dos quadros que governaram entre 1993 e 1996, decidiu por investir em outros projetos.

INTERVENÇÕES NO “URBANO”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DISCURSO E PRÁTICA

Intervenções em áreas urbanas consolidadas revestem-se de especial complexidade por terem que considerar, no contexto de desigualdades que caracteriza a realidade brasileira, as demandas contemporâneas por novas funções urbanas, inerente à dinâmica das cidades, e a necessidade de preservação desses espaços enquanto registro histórico e *locus* de práticas sociais, pressupostos nem sempre tratados de forma equilibrada.

A essas questões soma-se o fato de que a imposição de cronogramas políticos sobre as estratégias de intervenção em determinadas áreas – que exigem uma ação mais permanente, demorada e permeada por avaliações e revisões periódicas – tem feito com que muitos dos planos, projetos e ações de reabilitação ou revitalização resultem, ao seu final, no desencadeamento de processos de renovação, nem tanto física, mas sobretudo social. Há que considerar ainda que ações desco-

¹⁰ Na Bela Vista, tradicional bairro paulistano, popularmente conhecido como Bexiga, concentrou-se parte expressiva dos imigrantes de origem italiana. O bairro também foi objeto de inventário urbano.

ordenadas entre programas e projetos desenvolvidos por diferentes órgãos ou instâncias podem produzir efeitos ainda mais catastróficos.

Um exemplo disso foi o Projeto de Reabilitação do Bairro Lagoinha, cujas diretrizes, além de entrarem frontalmente em choque com os planos de reestruturação viária e de transportes, com a prevalência das diretrizes pautadas por esses últimos, não alcançaram as metas previstas. Além dos impactos perversos gerados, restou ainda a descrença dos habitantes com relação ao próprio poder público municipal, cuja imagem resultante foi, no mínimo, a da incoerência. A situação, igualmente centenária, de desarticulação entre as várias ações setoriais empreendidas pelas administrações municipais, sua descontinuidade, além da inércia e morosidade na regulamentação de instrumentos normativos e de controle sobre o uso e a ocupação do solo não foram, de fato, superadas, o que teria sido fundamental para alcançar as metas desejadas. O que se coloca como mais grave é o desconhecimento do que o poder público propunha para o próprio cotidiano da cidade, tendo em vista que as intervenções realizadas atenderam muito mais às expectativas de promover a espetacularização do urbano, como denuncia Otília Arantes. Revelada para a cidade em sua história e diversidade, a Lagoinha torna-se alvo de processos crescentes de especulação imobiliária, aos quais tem sido difícil resistir.

Considerando o esforço e o montante de recursos investidos na requalificação da Lagoinha, é desalentador perceber que, sofrendo os efeitos perversos da pretensão de *ser* “o projeto-síntese do centenário”, o próprio bairro se coloca, diante das ações implementadas – ou ainda, desarticuladas e por fim interrompidas drasticamente –, como vítima de uma cidade que, desde suas origens, nasce do projeto mas rejeita o planejamento em seu caráter de processo de longa duração.

É conveniente ressaltar que intervenções em espaços urbanos consolidados, quando privilegiam apenas sua condição de registro histórico em detrimento de sua condição de espaços de vivência cotidiana, correm o risco de reduzi-los a cenários, num processo de museificação do espaço que o torna pouco permeável à incorporação de novos registros temporais e transformações. E, é bom lembrar, espaços museificados – cenários simulados de um tempo que passou – podem prescindir até mesmo dos atores da vida cotidiana, demandando somente uma platéia que neles possa identificar algumas histórias e narrativas expressas através de uma perspectiva nostálgica, mas que não são necessariamente as da sua vivência.

Igualmente danosas são também as intervenções que reestruturam de forma radical os espaços urbanos a ponto de comprometer o registro temporal neles materializado, pois produzem rupturas e transformações físicas capazes de desenraizar lembranças e relações identitárias, desarticulando práticas sociais preexistentes pela falta de referências espaciais comuns. Aos que habitam ou irão habitar tais espaços destituídos de sua história resta construir uma outra, espacializar novas lembranças, criar novas referências. Nesses espaços a percepção da mudança se perde pela ausência de referenciais de permanência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 1998. 224p.
- CANÇADO, José Maria *et al.* Projeto Lagoinha: o projeto-síntese do centenário. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Projeto Lagoinha, s.n.t. (Revista de divulgação).
- COMPANS, Rose. A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e urbanismo de resultados, p. 1.721-1.734. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7. Anais... Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento. Recife: UFPe, 1997. v. 3.
- GOULART, Maurício Guimarães. Entre intenção e gesto: uma avaliação de recentes intervenções de reestruturação de áreas urbanas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador. Belo Horizonte: Departamento de Urbanismo – Escola de Arquitetura/UFMG, 2000. 138p. Relatório de iniciação científica.
- MORAES, Fernanda Borges de. Aarão Reis: idealismo e progresso. Revista AU – Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 1, n. 81, p. 51-55, 1998.
- MORAES, Fernanda Borges de. O cotidiano e o espetáculo: paisagem, memória e turismo nos municípios de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte: Relatório de pesquisa Fape-mig, 2001. 9v. Mimeografado.
- MORAES, Fernanda Borges; PEREIRA, Maria de Lourdes D. Inventário do patrimônio urbano e cultural de Belo Horizonte: bairro Lagoinha. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Cultura, 1995. 194p.
- PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. Projeto Lagoinha. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Comissão BH 100 anos, 1995. 70p.
- SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, n. 1, p. 115-132, maio 1999.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. Projeto, São Paulo, n. 86, p. 59-63, abr. 1986.
- SANTOS, Milton. Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). Pelo Pelô: história, cultura e cidade. Salvador: EDUFBA/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo UFBA, 1995. 155p. p. 11-29.

Endereço para correspondência

Fernanda Borges de Moraes
Escola de Arquitetura
Rua Paraíba, 697, sala 404a
Belo Horizonte – MG
CEP: 30130-140
e-mail: fbmoraes@arq.ufmg.br ou fbmoraes@ufmg.br

Maurício Guimarães Goulart
Rua Heitor Paparoto, 121
Uberlândia – MG
CEP: 38408-440
e-mail: gggemeos@bol.com.br